

1

E depois do “sucesso”?

No começo dos anos 2000 um importante escritório de advocacia da cidade do Rio de Janeiro entrou em contato com a PUC-Rio para solicitar que a instituição indicasse o nome de um bom estudante de Direito, que pudesse ser contratado para uma posição inicial aberta em seus quadros profissionais. Atendendo a esta solicitação, o Decanato do CCS escolheu um dos seus melhores estudantes e o orientou a que se dirigisse ao referido escritório, levando o seu currículo, o que foi feito prontamente. Ao ali chegar, o estudante se apresentou à recepção, entregando um envelope contendo os seus documentos. Ao se retirar, o estudante percebeu que não havia colocado no currículo o número do seu telefone celular para o posterior contato, voltando à recepção para incluir esta informação no material entregue. Ao receber o documento de volta, o estudante constatou que no topo do mesmo havia sido escrito a palavra “mulato”. O jovem então substituiu “mulato” por “negro”, anotou o número de telefone e devolveu o envelope ao balcão de recepção. A identidade do jovem negro será mantida desconhecida, porém o que importa saber é que, pelo menos naquele momento, ele não foi selecionado para a posição oferecida.

Por razões que excedem o interesse deste trabalho, nas entrevistas que realizei com estudantes egressos da PUC-Rio este indivíduo não pode ser incluído, porém não faltam outros exemplos igualmente significativos para o que pretendo discutir a partir deste caso. Um destes trata-se do depoimento de outra profissional negra, também formada em Direito pela PUC-Rio no ano de 2000. Em nossa conversa ela fala sobre a questão dos estágios e revela seu estranhamento por nunca ter sido encaminhada para estágios em famosos escritórios de Direito no centro do Rio de Janeiro. Indagando-se sobre por que isto nunca se deu, ela disse:

Outra coisa também que eu tenho que falar é em relação até lá na própria PUC-Rio. Para a gente fazer um estágio, pelo menos quando eu estudei, tinha três alunos negros na minha sala: dois oriundos da Baixada e três com uma amiga que trabalha aqui comigo. A gente só conseguiu fazer estágio na Procuradoria fazendo prova. Na Defensoria também: fazendo prova. Por que? Porque nos escritórios de nome, quando nossos amigos lá faziam estágio, eram explorados, claro. Mas a gente não conseguia não. A gente não conseguia, não sei por quê. A gente era da mesma faculdade. Até hoje eu pergunto: mas será por que, que eu não conseguia fazer estágio no escritório lá do Doutor fulano de tal, lá do centro do Rio de Janeiro? Por que? A diferença é que eu

era negra? Eu não quero colocar isso na minha cabeça, mas a menina lourinha, bonitinha, que morava na Zona Sul... Não sei se tem alguma coisa a ver, mas no meu estágio, eu nunca consegui fazer estágio em escritório de nome, no centro da cidade, nem para ser explorada. Vamos olhar pelo outro lado: em termos de ajuda de custo. Ai eles alegam: “não vamos colocar porque você mora na Baixada e vai gastar muito dinheiro”. Por esta lógica a gente não ia para PUC-Rio. A PUC-Rio não dava ajuda de custo também e eu, da onde eu moro para chegar na PUC-Rio pegava três conduções. Eu não poderia ir para a PUC-Rio, se fosse no dinheiro de hoje, com menos de R\$15 só para gastar em passagem. Nunca foi me perguntado. Nunca tive oportunidade de ir num escritório desses para levar um currículo. Já deixei até, mas nunca fui chamada. Eu queria ter feito. Queria ter tido a oportunidade. Se por acaso eu não quisesse fazer, tudo bem. Eu, pelo menos não tive essa oportunidade, não sei por que, mas não tive. (Entrevistada 4. Formada em Direito no ano 2000. Duque de Caxias, 23/03/2006).

Nas raízes históricas da sociedade brasileira a nossa cultura política¹ sempre reservou aos indivíduos da população negra² uma posição subalterna na hierarquia social. Esta situação tem na esfera do trabalho a sua expressão mais clara e definida, na qual persistem inúmeras situações de discriminação, ligadas a valores negativos imputados à imagem social do negro a partir de: marca da cor, habilidade pessoal e capacitação profissional. Esta condição observada neste espaço social, no qual os indivíduos não só garantem a sua sobrevivência, mas também se reconhecem e são reconhecidos, fortalecem sua auto-estima e conquistam ou não a sua cidadania plena, é um indício indiscutível e visível de expressões da desigualdade e da discriminação racial brasileira. A este respeito se diz que:

...o mercado de trabalho é uma das esferas em que se distingue com mais clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios no Brasil, assim como seu modo sutil de operar. Pois, ocultado por fatores aparentemente objetivos, derivados de novas e tradicionais exigências produtivas, velhas questões permanecem: os indivíduos negros estão sujeitos mais ao desemprego, permanecem mais tempo nesta situação e, quando tem trabalho, lhe são reservados postos de trabalho de menor qualidade, status e remuneração (DIEESE, 2001, p.127-128, citado em Tomé, 2004).³

Esta realidade é apontada em um estudo realizado entre os meses de agosto e novembro de 2005, pelo Instituto Ethos e o Ibope Opinião, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de

¹ A utilização do conceito “cultura política” neste trabalho se apóia principalmente na reflexão de Dagnino (2000). No Capítulo 3 este conceito é tratado de forma mais ampla.

² Neste trabalho, todas as vezes que a palavra “negro” for utilizada ela se refere à população negra, sem discriminação de gênero. A discussão sobre “raça” esta contida no Capítulo 2.

³ Retirada da página: <http://www.urutagua.uem.br//006/06tome.htm> acessado em 27/09/2006

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), intitulado “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas”, no qual se mostra claramente como ainda é pequena a representação da população negra em posições hierarquicamente superiores naquelas empresas⁴, como um reflexo da realidade vivida pelo profissional negro no mercado de trabalho.

No que diz respeito a representatividade do negro nessas empresas o estudo chama a atenção para o fato do negro viver um processo muito grande de afunilamento hierárquico, cuja sub-representação em todos os níveis é superior aos das mulheres. O estudo aponta que os negros têm uma representação mais baixa do que as mulheres e é menor sua presença quanto mais alto é o nível hierárquico. A representatividade dos negros no Quadro executivo é 3,4% contra 94,4% de brancos; no Quadro de Gerência é de 9% contra 89%; no Quadro de Supervisão é de 13,5% contra 84,1% e no Quadro Funcional é de 26,4% contra 68,7%. O estudo mostra ainda que as mulheres negras são ainda mais desfavorecidas, representando 8,2% das mulheres gerentes e 4,4% das diretoras. Sendo que nesses níveis hierárquicos as mulheres brancas ocupam, respectivamente, 89% e 94% dos postos ocupados por mulheres.

Ainda em relação a presença de negros nessas empresas, a comparação dos resultados sugere ter havido uma evolução positiva. Cresceu em três pontos o número de negros no quadro funcional: de 23,4% em 2003 para 26,4% em 2005. E quase dobrou a porcentagem de diretores negros nas organizações pesquisadas. Contudo, mostra uma oscilação no quadro da diretoria —de 2,6% em 2001, para 1,8% em 2003 e depois para 3,4% em 2005.

De acordo com o levantamento, 75% dos presidentes das organizações da amostra afirmam não haver negros no quadro executivo e 4% nem sequer têm essa informação. Também é alto o número de empresários que dizem não haver negros em nível de gerência (46%). É importante salientar que nos levantamentos a participação dos negros decresce quanto mais alto é o nível hierárquico.

⁴ Este estudo foi realizado com uma amostra total de 119 questionários preenchidos e devolvidos, representando 24% do total enviado, com dados sobre o contingente de 626.174 pessoas, abrangendo os níveis hierárquicos das empresas nas categorias Quadro executivo, Gerência, Supervisão, chefia e coordenação e Quadro funcional. Estudo semelhante já havia sido desenvolvido também nos anos de 2001 e 2003, pelos mesmos institutos.

Outro estudo, divulgado pelo DIEESE em novembro de 2006, a partir das informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED mostra a condição desfavorável dos negros no mercado de trabalho em relação aos não-negros, expressando com clareza através de indicadores desfavoráveis de emprego, rendimento e qualidade da ocupação. Esta condição, segundo o estudo, deve-se ao fato da baixa escolaridade dos negros, expresso pela dificuldade de acesso à educação e pela maior incidência da pobreza.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego revelam a variedade da proporção de negros na População de Idade Ativa, composta por pessoas com dez anos ou mais, entre as regiões metropolitanas pesquisadas: Belo Horizonte; Distrito Federal; Porto Alegre; Recife; Salvador e São Paulo, representando um total de 46,6% destes contra 53,4% de não-negros.

Apresenta ainda que a participação dos negros no mercado de trabalho e entre os desempregados evidenciam as dificuldades de inserção profissional enfrentadas por esse segmento da população. Se o contingente de empregados é de 46,6%, o contingente de desempregados corresponde a 55,3%. Segundo a pesquisa independentemente da proporção do peso que a população negra representa no conjunto da população, em todas as regiões repete-se o mesmo padrão de inserção: a proporção de negros entre os desempregados é sempre superior à porcentagem de negros entre os ocupados e no conjunto da População Economicamente Ativa (PEA).

No geral, os dados mostram que nas regiões pesquisadas mais de um terço dos trabalhadores encontra-se em situação vulnerável de ocupação, trabalhando como assalariados sem carteira assinada, autônomos para o público, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos. Os dados mostram também que entre os trabalhadores negros é maior a proporção de ocupados em situações vulneráveis, que varia de 42,7% —em Salvador— a 33,5% no Distrito Federal. Já entre os não-negros, os números se situam entre 33,7%, em Recife, e 25,6%, no Distrito Federal.

Os dados revelam ainda que, além da maior dificuldade de inserção, a remuneração dos negros é, em todas as regiões pesquisadas, muito inferior a dos não-negros. Deixam claro que os ganhos por hora dos trabalhadores evidenciam mais a

desigualdade por cor do que por rendimento mensal, pois sobre a menor remuneração mensal recebida pelos negros, incide uma jornada de trabalho maior. Pode-se dizer, então, que a população negra se insere no mercado de trabalho brasileiro de maneira mais precária, em posições subalternas, do que a população não-negra.

Muito embora, a base da argumentação encontrada nas mais diversas análises sobre as posições subalternas ocupadas pelos indivíduos provenientes da população negra no mercado de trabalho, freqüentemente atribua a baixa representatividade em posições prestigiosas na hierarquia da esfera do trabalho à falta de qualificação profissional, devido principalmente a insuficiência de “capital cultural”, Já a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, com a luta pela ampliação das oportunidades de ingresso de estudantes negros ao ensino superior, a situação de subalternidade dos profissionais desta população começa a se transformar substancialmente, apontando como condição de futuro a possibilidade do aumento da presença destes profissionais em posições ocupacionais hierarquicamente superiores e de destaque.

Esta luta se deu a partir da criação de redes horizontais de solidariedade (Fonseca, 2004), que estão voltadas não apenas à denunciar as desigualdades raciais, mas acima de tudo, à desenvolver projetos concretos que viabilizem o acesso desse segmento social às universidades e a melhores chances na sociedade. A expressão mais significativa destas redes foi a criação dos cursos pré-vestibulares comunitários e populares em rede. Por “pré-vestibular comunitário” entendo a experiência circunscrita a comunidades específicas, tais como o pré-vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, CEASM, do Rio de Janeiro. Por “pré-vestibular popular em rede” entendo as experiências desenvolvidas pelo Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, PVNC e pela Educação e Cidadania de Afrodescendente e Carentes, Educafro. Estes desempenharam, ao longo da década de 1990, um importante papel de caráter institucional para a inclusão da população negra à educação superior no Brasil.

Já no início da década de 1990 um significativo acontecimento marcou o princípio de uma história de ações afirmativas no ensino superior brasileiro na cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1994, estudantes provenientes das camadas mais pobres da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, especialmente da Baixada Fluminense, começaram a ingressar aos quadros discentes da PUC-Rio, em função de uma importante parceria estabelecida pela PUC-Rio, através da Pastoral do Negro, com os cursos de pré-vestibulares comunitários e populares em rede, especialmente com o PVNC, concedendo-lhes bolsa de estudos —integrais e não-reembolsáveis— para os alunos aprovados regularmente em seu vestibular, por intermédio do seu Programa de Bolsa de Ação Social.

É importante salientar que este programa se configura como uma das modalidades do programa de bolsa e auxílios implementado pela PUC-Rio desde a década de 1970, tendo como principal especificidade a de atender aos estudantes provenientes das camadas mais pobres da população da cidade do Rio de Janeiro e de municípios vizinhos, sendo a sua maioria de beneficiados os estudantes oriundos dos cursos de pré-vestibulares comunitários e populares em rede. De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação de Bolsa e Auxílios da Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários, em junho de 2005, de um total de 42% das bolsas oferecidos pela PUC-Rio para alunos da graduação, correspondendo a 4.731 alunos, a Bolsa de Ação Social respondia por 14%, beneficiando um total de 704 alunos na graduação.

A PUC-Rio também oferece para estes alunos uma ajuda adicional, através do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio – FESP. Este fundo visa atender os estudantes beneficiários das bolsas de ação social que encontram dificuldade com os custos referentes a transporte e alimentação. O FESP, criado pelo Centro de Pastoral Anchieta, se financia através de doações voluntárias de membros da PUC-Rio (professores, funcionários, alunos, vice-reitorias acadêmica e comunitária, comunidade dos jesuítas, etc) e de fora desta, tais como, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social, ANEAS. Com tais recursos são financiadas a compra de vale-transporte e a refeição servida para os alunos cadastrados no projeto.

Cabe ressaltar que a experiência da PUC-Rio é única na realidade brasileira, onde a obrigatoriedade de ações afirmativas, como um instrumento específico, capaz de efetivar a inédita presença nas universidades brasileiras de segmentos sociais até então ausentes desse espaço de construção da “cidadania”, especificamente em

relação às populações pobres e negras se apresentou como política pública, como se verá abaixo, com a Lei 3.708/2001. Decorre daí a importância deste estudo como uma avaliação pioneira do alcance e dos limites destas ações para o enfrentamento de uma ideologia racista na sociedade brasileira.

Inicialmente voltado à inclusão social, direcionada às comunidades pobres, o convênio atingiu uma grande parcela da população negra residente na Baixada Fluminense e na periferia carioca, sendo, por este motivo, considerado posteriormente como um tipo específico de ação afirmativa. É importante ressaltar que este convênio não se percebia como tal na época da sua formulação.

Na virada do século, estas estratégias ganharam destaque e visibilidade em todo o país, tornando-se uma referência nacional nas lutas pela democratização da educação e pela redução das desigualdades étnicas e raciais, como expressão ampla da luta pela transformação dos privilégios da “cidadania”.

Mas, se com estas iniciativas e ações o acesso ao ensino superior começou a se democratizar, também se colocaram novos problemas a serem investigados e redesenhando antigas questões. Decorridos treze anos desde o ingresso dos primeiros estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede na PUC-Rio é importante dar um passo à frente.

Urge empreender um relevante estudo no qual se contemple não apenas as formas, estratégias e políticas que buscam ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior para a população negra, mesmo compreendendo que há muito ainda a ser feito, mas entender as novas questões colocadas a partir de sua formação na graduação, ou seja, a sua nova inserção na esfera do trabalho.

A proposta desta tese é a de desenvolver um estudo sobre a trajetória de vida dos universitários provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede, que foram beneficiados pelas ações afirmativas da PUC-Rio desde 1993, após a sua formatura na graduação. O objetivo é conhecer a atual realidade profissional desses ex-estudantes, com ênfase nos indivíduos da população negra e, a partir daí, analisar o impacto que esta formação e o seu ingresso na esfera do trabalho tiveram sobre sua vida material, sua vida familiar e sobre as suas relações sociais na comunidade de onde são provenientes.

Ao empreender esta análise, política e simbolicamente relevante, procuro desvendar alguns aspectos ainda desconhecidos no que concerne, tanto a profissionalização, quanto ao acesso a bens culturais recentemente abertos para os indivíduos da população negra. Assim, para além de mapear a trajetória dos estudantes oriundos das camadas populares beneficiados pelas ações afirmativas da PUC-Rio, após a sua formação na graduação, procurarei entender as questões colocadas a partir de sua formação. Meu objetivo é saber se o acesso ao ensino superior e a passagem pela formação acadêmica de indivíduos da população negra tem de fato ampliado, ou não, os seus direitos de “cidadania”.

A intenção é de contribuir com informações que permitam avaliar se as perspectivas integradoras, muitas vezes presentes nos discursos sobre a inserção de negros, em decorrência da implementação das ações afirmativas, tanto nas universidades, quanto na esfera do trabalho, tem transformado ou não, os conteúdos subjacentes às relações raciais no contexto sociocultural brasileiro.

Assumo, então, que a partir das transformações ocorridas nas condições de acesso à educação superior deveriam mudar também as condições de inserção dos profissionais negros no mercado de trabalho. Isto significa que há a urgência de se empreender uma análise do contexto atual, do empiricamente dado, para fugirmos das explicações apenas simbólicas ou estatísticas sobre a temática da inclusão social.

Aqui parto da hipótese de que para o profissional negro, mesmo os formados pela PUC-Rio com excelência acadêmica, em sua inserção e/ou na disputa por uma melhor colocação no *status* ocupacional, ainda persiste a situação em que seu ingresso ou em sua promoção é preterido em função da sua condição racial que prepondera sobre outros critérios de seleção.

Trata-se, portanto, de considerar em que medida a formação acadêmica, vem impulsionando a transformação das relações raciais na esfera do trabalho no Brasil e, conseqüentemente, mudando também a vida desses indivíduos. Por estas razões, e como decorrência do imenso avanço que as ações afirmativas representam para a inserção da população negra no ensino superior brasileiro, é urgente discutir o alcance e os limites destas ações no que se refere à inserção desses indivíduos, comprovadamente capacitados, na esfera do trabalho.

1.1

Depois do meu “sucesso”

A natureza das motivações que me levaram a empreender este estudo deriva de uma combinação de “sucessos” pessoais: as vivências como funcionário e aluno da PUC-Rio; a auto-definição como membro da população negra; o compromisso assumido como fundador de um núcleo do PVNC em Niterói e, em especial, a persistência de uma condição profissional subalterna após o término da graduação em Ciências Sociais pela PUC-Rio em 1999 e do Mestrado em Sociologia pelo IUPERJ em 2001. Todas estas motivações formam o “sucesso” que passo a destacar.

Na PUC-Rio disponho de uma condição privilegiada para acompanhar o percurso dos estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede, pois, desde de 1991, sou funcionário da biblioteca central, na função de Auxiliar de biblioteca e, a partir 1995, me tornei estudante de graduação e posteriormente de doutorado na própria universidade. Esta dupla inserção, desde 1995, quando os primeiros estudantes negros começavam a chegar à universidade como beneficiários de ações afirmativas, me permitiu em primeiro lugar estabelecer relacionamentos pessoais com estes, primeiro como profissional da biblioteca e posteriormente como mais um membro daquele corpo discente.

Durante os primeiros anos de ingresso desses estudantes, quando ainda não estava muito claro para mim o que esta novidade significava, e significaria, para a PUC-Rio, para os indivíduos da população negra, e também para mim, pude acompanhar as diversas situações pelas quais passavam aqueles estudantes. As questões principais eram então de ordem econômica, principalmente relacionadas a permanência e as vivências destes indivíduos na universidade. Um exemplo disso foi o “caso do café-da-manhã”. Posto que a opção mais econômica de café-da-manhã no campus era a do bar dos funcionários da universidade, os alunos começaram a “competir” pelo reduzido espaço da AFPUC nas primeiras horas da manhã, causando desconforto aos funcionários que chegavam para trabalhar. O novo público discente da PUC-Rio, ao estabelecer uma nova demanda de espaços e serviços no campus, após o seu “sucesso”, teve que enfrentar uma das suas primeiras tensões no

imaginado e desejado espaço da universidade: a obtenção de alimento de boa qualidade a um preço acessível.

Neste primeiro enfrentamento, os estudantes saíram vencidos pelos funcionários, porém, sem abdicar das suas demandas, eles foram conquistando outras formas de “ações afirmativas” na universidade, que corresponderam a muitos outros “sucessos” que pavimentaram os caminhos dos que vieram depois. Muitas vezes é difícil imaginar a fome se apresentando com clareza no espaço de uma universidade brasileira.

Mas para estes novos estudantes da PUC-Rio esta foi uma realidade concreta dos primeiros momentos, como se pode sentir na fala de um dos entrevistados. Respondendo sobre o impacto que a passagem pela PUC-Rio teve nas condições materiais da sua vida, ele diz:

Ah, olha, foi uma guinada muito grande (...) era muito ruim, acho que para todo mundo do pré [PVNC] (...) a gente não tinha dinheiro para tomar café no bar dos funcionários (...) que era o mais baratinho (...) Eu nunca esqueci disso (...) . eu lembro que a gente dividia pão com ovo no primeiro ano (...) com média, ali no bar dos funcionários (...) o primeiro ano foi muito complicado (...) logo depois, no segundo [1998] eu consegui entrar no PET [Programa de Ensino Tutorial]. O PET tinha uma bolsa auxílio, então, as coisas ficavam (...) minimamente tranquilas, não era aquela “pindaíba” da passagem, da xerox (...) E hoje em dia (...) é muito confortável em tudo. Não tem do que reclamar (...) acho que pela quantidade de horas que eu trabalho, sou muito bem remunerado. (Entrevistado 14. Formado em Geografia no ano 2001. Rio de Janeiro, 26/07/2006).

Mas é bom lembrar, que nem todos foram “bem-sucedidos” e que não foram poucos os “novos estudantes” da PUC-Rio que, entre 1995 e 1997, sobretudo por razões econômicas, não conseguiram terminar seus cursos. Como veremos mais adiante, ao longo dos anos estes problemas foram sendo mitigados e minimizados. Aqui cabe destacar a ação determinada da Vice-reitoria para Assuntos Comunitários e da Pastoral Universitária que, desde o início, adotaram gestos pequenos, porém concretos, de vontade política. Para citar apenas um deles, o café-da-manhã dos alunos, após a derrota anteriormente comentada, passou a ser servido pela Pastoral, gratuitamente, pelo tempo em que se justificava, em espaços especificamente “encontrados” para isso. A medida que fui acompanhando e vivenciando o dia-a-dia estes acontecimentos, fui conhecendo e compreendendo os aspectos positivos e negativos da presença daqueles estudantes na PUC-Rio.

O processo de entrada de estudantes provenientes das camadas populares, em sua maioria composta de indivíduos da população negra, foi um acontecimento cercado de muitas expectativas, tanto por parte daqueles estudantes, como por parte de todos os outros segmentos da universidade. Este processo desencadeou, na dinâmica das relações sociais na universidade, inúmeros estranhamentos para os estudantes, por estarem eles adentrando a uma realidade totalmente diferente das suas de origem, dando-lhes a sensação objetiva de estarem “fora do lugar”, de se sentirem estranhos, em um lugar estranho.

A percepção que estes indivíduos têm de si mesmos ao ingressarem na PUC-Rio poderia ser discutida a partir da categoria “*outsiders*”, segundo definida por Elias & Scotson (2000). Naquela relação os “estabelecidos”, ou seja, os que chegaram antes e, portanto, mantêm sobre os demais uma posição de poder, fundam a distinção e este poder em um princípio de antiguidade, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Já os “*outsiders*” vivem estigmatizados por todos os atributos associados com anomia, delinquência, violência e desintegração.

Na PUC-Rio, esta interpretação já foi utilizada por Dauster (2007) no estudo da distinção entre “bolsistas” e “elite”. Vale ressaltar que, para mim, a adoção destas categorias no estudo deste “estranhamento” reconhece como fonte de poder a diferença quantitativa e qualitativa de acesso a diversos tipos de “capitais” (econômico, cultural e social), bem como, em alguns casos, na diferença racial que de certo modo reproduz em âmbito micro o que se dá no âmbito da sociedade como um todo.

Este “estranhamento” foi percebido em diversos momentos e episódios ocorridos tanto em sala de aula, nas relações professor/aluno e entre diferentes segmentos discentes, quanto nas relações com outros agentes sociais presentes na universidade, onde o “caso do café-da-manhã” é emblemático. A este respeito há um conjunto de trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvido sob a coordenação da professora Vera Maria Ferrão Candau, do Departamento de Educação da PUC-Rio, que vem sistematizando temas e conteúdos. Algumas passagens destas pesquisas são profundamente reveladoras do estranhamento ao qual me refiro. Candau aponta que a nova configuração do perfil do corpo discente da PUC-Rio provocou discussões

acaloradas e conflitos em sala de aula e em outros espaços da universidade, por ser entendida por alguns professores(as) e alunos(as) como uma “ameaça à sua qualidade”, tendo as expressões “A PUC está diferente”, “A PUC não é a mesma” e “A PUC escureceu” como exemplos dessas críticas (Candau, 2004, p. 96). Para exemplificar estes conflitos, ela traz alguns depoimentos de alunos provenientes dos pré-vestibulares comunitários obtidos através de grupos focais realizados pela pesquisa:

Eu já presenciei uma professora que falou que o rendimento da turma está caindo por causa da entrada desses alunos provenientes do pré-vestibular para negros e carentes! Absurdo! Tipo assim, uma deficiência, até isso: a PUC está selecionando mal esses alunos. Como se tivesse deixando entrar muitos bolsistas, e desse um desnível intelectual, e são pessoas com quem não dá para ter diálogo, porque você fala: o que é isso, professor? Não! É isso mesmo! E parece que tem uma raiva (Testemunho de entrevistado, In: Candau, 2004, p. 98).

A professora desvia o olho como se não quisesse escutar! Eu até levantei a mão para falar, ela desvia o olho assim para não ouvir a sua opinião! Que ela já sabia que eu era de pré-vestibular! Isso foi na minha sala (Testemunho de entrevistado, In: Candau, 2004, p. 98).

Eu fiquei até chateada porque a menina disse assim: o curso de (...) está horrível! Só tem bolsista. O que mantém o curso de (...) hoje são os bolsistas! Sabe? Desprezou de uma tal maneira como se a gente não fosse nada! E o pior que ela é também do curso! (Testemunho de entrevistado, In: Candau, 2004, p. 98-99).

O trabalho de Candau se preocupa também em avaliar estas percepções a partir das perspectivas de professores. Os testemunhos transcritos desta pesquisa apontam para a consciência das dificuldades de adaptação à presença da diferença no interior de uma universidade que se via como um universo de iguais:

Tem gente que critica, que não quer, que de certa maneira quer expulsar ou conter esse movimento, com certeza! A universidade não é para todo mundo! Essa é uma frase comum ouvida! Não se ouve: eu vou procurar operar e vou me rever ou vou buscar junto com os meus pares novas estratégias. Mas há diferenças entre os professores (Testemunho de entrevistado, In: Candau, 2004, p. 99).

Eu acho que predominam (professores) que têm dificuldades para construir estratégias diferenciadas, mas eu acho que ainda têm uma tendência a conservar, porque as crenças estão lá – universidade não é para todo mundo! Está errado. A universidade é elite! Ainda predomina a crítica à entrada dos alunos desse tipo de clientela – é preciso conter esse movimento. É preciso rever esse movimento. É preciso limitar quantitativamente a entrada desses alunos e aí mexer no vestibular, torná-lo mais seletivo (Testemunho de entrevistado, In: Candau, 2004, p. 99).

Para os indivíduos da população negra, especialmente para aqueles que são pobres, a experiência de pertencer a PUC-Rio ou de lutar por se estabelecer como um “filho da PUC” é uma daquelas experiências cujo impacto é desestabilizador de subjetividades, que nos afetam de forma marcante por toda a vida. Aqueles que ingressam na PUC-Rio sem imaginar o mundo que vão encontrar –e os primeiros a chegar não o sabiam- experimentam logo na entrada o primeiro grande impacto.

A dinâmica das relações sociais no ambiente acadêmico e cultural da universidade impõe, por diversas razões e entre elas as decorrentes das relações raciais, o entendimento de que são “diferentes”. Estes seriam “filhos” que não eram esperados. Mais importante que isso, a marca da cor e a posição socioeconômica de uma parte substantiva destes estudantes faz com que eles, muitas vezes se percebam como “não pertencentes” da universidade, embora dela façam parte.

Questões como estas foram claramente sentidas e refletidas pelos primeiros estudantes beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio, como se pode perceber através de falas dramáticas de alguns deles:

Então, eu costumo dizer que (...) quando a gente entra na faculdade... Foi um processo de degradação da minha auto-estima, tão grande! Porque, como a gente entra na faculdade dessa maneira, você está tão acostumado a baixar a cabeça... Sempre falo isso! Você baixa a cabeça para pedir carona, você baixa a cabeça para pedir xerox, você baixa a cabeça para a professora para falar que não tem um DVD em casa para assistir o filme que ela pediu... Você baixa a cabeça para dizer que você não pode comprar o livro... Resultado: quando você termina o curso, você não consegue mais levantar a tua cabeça, porque está com torcicolo. Teu pescoço está tão duro! Você está com a cabeça tão para baixo, que você demora. Eu acho que demorei. Eu tenho cinco anos de formada! Pelo menos nos últimos quatro, eu fiquei tentando levantar a minha cabeça. Eu tive depressão! Foi um processo de degradação da auto-estima (...) Eu fico pensando: Meu Deus, graças a Deus os pobres e negros chegaram a universidade. Mas, meu Deus, a que custo! Que custo é esse? Que degradação é essa? (Entrevistada 12. Formada em Comunicação Social, em 2001. Entrevista, Rio de Janeiro, 18/07/2006).

Mas é importante dizer que este primeiro impacto é também construtor de novas subjetividades, porque nos oferece a possibilidade de uma transformação pessoal e acrescenta novos conhecimentos às nossas velhas concepções de mundo, ao compreender diferenças, dando-lhe um sentido positivo.

A partir desta experiência, já não se vive mais a ilusão da inserção em determinado contexto sem que realmente se esteja nele inserido, mas se vive uma realidade objetiva, passível de ser transformada, na qual a capacidade de se superar e

melhorar a cada dia pauta a nossa luta a seguir e os novos “sucessos” a conquistar. Estas transformações ocorridas ao longo dos anos, tanto na universidade, quanto na subjetividade dos estudantes, é claramente percebida pelos estudantes entrevistados, sobretudo por aqueles que de alguma maneira permaneceram na universidade após a sua graduação:

(...) a visão que a gente tem quando a gente ingressa na universidade, e depois com o passar do tempo, com o amadurecimento a gente vai trabalhando determinadas questões (...) quando eu ingressei na universidade (...) eu e mais quatro pessoas do pré-vestibular, nesse programa de bolsas (...) éramos bastante livres (...) sem comprometimento, porque era novidade a gente ingressar aqui. Éramos poucos também, não fazia muita diferença em termos de “raça”, de causar uma mudança na universidade, um olhar diferente. Mas, a partir do momento que entraram outras turmas, todo esse perfil foi mudando e nosso comportamento também. Essa coisa de assumir mesmo a sua origem, foi ficando mais evidente. E assim, eu (...) tive um trabalho (...) para assumir muito grande (...) sou muito tímida e aí algumas coisas ficavam difíceis para poder assumir, porque não tinha isso trabalhado muito bem antes. Quando a segunda turma entrou não tinha um movimento ainda muito grande (...) foi até uma turma total de Serviço Social (...) vieram na defensiva e acabaram se excluindo, assim (...) do conjunto PUC-Rio (...) [Elas usavam] só um elevador, uns ficavam policiando os outros. Se um adquiria um livro, aí isso era um chamariz muito grande: “Como você comprou um livro, tem que socializar”. Então, era uma coisa muito engessada (...) com a vinda de outras pessoas para PUC-Rio a gente começou a trabalhar isso. Todo mundo num conjunto, nas discussões semanais e foi bom para o crescimento. Foi ótimo! Eu acho importante é que dentro desse movimento do pré e do ingresso das pessoas na universidade ficou bem claro que as pessoas podem também tomar posições, podem ser contrárias ao próprio movimento ao qual fizeram parte. Podem [ser] a favor e ainda crescer mais o coro. O que é importante é que não ficou uma coisa, assim, “você tem que” porque você é negro. Você tem que responder dessa forma ou você tem que atuar dessa forma. Acho que é isso que acrescentou mais para as pessoas. Fez com que as pessoas pudessem se enxergar como “negro”, se identificar como “negro”. Mas, também ter opção: “eu sei o que eu sou, mas eu não quero isso. Quero outra coisa, quero outras lutas. Eu não concordo com a forma”. E fizeram com que as pessoas tivessem autonomia de decidir ou não. Acho que isso foi o maior lucro das pessoas que entraram pelo projeto. Essa autonomia de poder realmente assumir ou não o que quisesse, sem ter uma formação, porque antes tinha os estereótipos de que as pessoas provenientes do PVNC, as pessoas politizadas, são pessoas que são bem resolvidas etnicamente, e as vezes não condizia com a verdade. Com o passar do tempo as pessoas foram aceitando isso e foram permitindo que as pessoas tomassem seus rumos. E as pessoas que queriam continuar com a questão racial como uma vertente importante e como uma vertente de futuro, continuaram. Estão aí com seus trabalhos. Estão aí com o mesmo discurso. Não mudaram a linha. E as pessoas que não quiseram, entraram aqui sem assumir [a questão racial] e saíram também sem assumir (...) vivem da forma que escolheram. Como escolheram se alienar para essa questão, acho que não deve ter nenhuma guerra por causa disso (Entrevistada 11. Formada em Letras no ano de 2001. Rio de Janeiro em 27/06/2006).

Os entrevistados igualmente reconhecem as transformações ocorridas na própria PUC-Rio e no seu campus, no qual se pode observar atualmente um contingente bem diversificado de pessoas do ponto de vista racial:

É interessante dizer que o percurso que a PUC-Rio também fez nesse período, nesses sete anos que estou aqui. Quando eu entrei para cá era um curso para os alunos negros, era basicamente os alunos do pré, porque eram alunos do Serviço Social, quer dizer, basicamente 90% desses alunos eram do Serviço Social. Então, era tudo meio estranho, assim, era meio que um gueto e, de certa forma, era um preconceito, com raríssimas exceções, com pessoas que acabavam transitando mais pelo espaço da universidade, de fazer outras disciplinas, sabe, não ficavam tão presas ao que o Departamento indicava: “tem que fazer esta aqui”. Iam buscar outras coisas, eram raros esses movimentos. Hoje existe um perfil completamente diferente dos alunos (...) não tem como você vir a PUC-Rio e não passe vinte minutos sem ver vários alunos negros. Então, você tem uma cara diferente, e que você até contrasta com a universidade pública, já que tem um diferencial interessante (...) E, além disso, hoje esses alunos não estão mais presos. Os alunos do Serviço Social, presos, que vieram do pré também. Os alunos transitam muito pela universidade, acho que eles aproveitam muito mais do que meu grupo quando entrou, do que eu mesma. Mas, acho que era uma característica muito específica dos alunos daquele tempo, todo mundo muito juntinho fazendo disciplina todo mundo junto, tal. E, hoje, acho que não. Hoje, acho que os alunos transitam mais, todo mundo conhece todo mundo, “puxa” disciplina aqui e ali, tal, e isso está integrando as pessoas. Acho que é assim, uma observação que eu acho importante fazer: de como os alunos hoje aproveitam mais a universidade, o espaço universitário, não estão mais, sabe, isolados, dentro da universidade. Mas, mesmo assim isolados no curso, ou, sabe, junto com a sua turma, acho que hoje ele está mais diversificado, mais integrado.

(Entrevistada 10. Formada em Serviço Social no ano de 2000. Rio de Janeiro em 04/05/2006).

A experiência de ter passado por processos ao mesmo tempo felizes e dolorosos se configura agora em um campo fértil a ser investigado. Estas experiências sobre as quais estamos refletindo foram, e são, de diversas ordens: o “estranhamento” na descoberta de um mundo diferente e distante das realidades em que vivemos até então; os processos de falta de aceitação e de degradação da auto-estima; a vergonha de esconder nossa verdadeira procedência; a dor de passar por momentos de discriminação; a tristeza da fome e de “baixar a cabeça” em muitos momentos.

Mas há também outras experiências a serem compreendidas: o privilégio de passar por processos de crescimento individual; o direito da construção e afirmação da identidade racial, tendo a liberdade de se posicionar contra, a favor ou até de se isentar desta discussão, dentro e fora da universidade; a prerrogativa de construir processos de afirmação da auto-estima; a oportunidade da superação de entraves e

problemas; a participação ativa na luta e nos “sucessos”; a felicidade de se graduar com mérito acadêmico e o “sucesso” de ingressar no mercado de trabalho de uma nova maneira.

Esta conjuntura na qual realizei a minha graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, foi posteriormente acrescida das reflexões sobre ações afirmativas, que desenvolvi durante os dois anos do Mestrado em Sociologia, concluído ao final de 2001 no IUPERJ, da Universidade Cândido Mendes.⁵ Com estes antecedentes, postulei o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social, com os olhos postos na chegada destes novos profissionais ao mercado de trabalho no Brasil. Esta unidade da PUC-Rio foi o principal Departamento para o desenvolvimento do programa de ações afirmativas da universidade. Nos últimos 13 anos, o Departamento de Serviço Social tem o seu corpo discente da graduação virtualmente composto exclusivamente por este grupo de discentes da universidade. E mais recentemente, estes alunos já estão começando a fazer parte do corpo de estudantes de pós-graduação do Departamento. Esta realidade tem a ver com a vontade política, das sucessivas direções deste Departamento e do seu corpo docente, de enfrentar o tema da inclusão social, não apenas do ponto de vista de uma reflexão acadêmica e teórica, mas também, e principalmente com ações que conferem concretude ao compromisso assumido pelo Departamento com os movimentos sociais recentes. Por esta razão, a abertura do doutorado daquele programa de pós-graduação, em 2002, marcou uma nova etapa na reflexão no Departamento, momento especialmente profícuo e adequado para enfrentar as questões relativas a “raça” e “racismo” no contexto das políticas públicas no Brasil.

Em minha dissertação já havia estudado as políticas de “ações afirmativas” no contexto sociocultural brasileiro, identificando as principais políticas implementadas até aquele momento, assim como, o surgimento de tipos específicos e diferenciados de ações afirmativas empreendidas, tanto pelo PVNC, quanto pela PUC-Rio. Considerava e ainda considero como “ação afirmativa” toda e qualquer ação e atitude

⁵ GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **A dimensão afirmativa das ações:** uma articulação possível entre igualdade de oportunidades e valorização social. Dissertação de Mestrado desenvolvida sob a orientação de José Maurício Domingues. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. 106 pp.

política, seja individual ou coletiva, que vise ampliar a participação e a conquista de bens culturais e sociais aos segmentos sociais subalternizados e colocados à margem da sociedade.

Em função disto, julguei pertinente pesquisar as histórias de vida daqueles estudantes após a sua graduação, para conhecer as suas alegrias e tristezas, as suas vitórias e derrotas, os seus projetos e realizações. Desta maneira, estes relatos são importantes não só porque dizem respeito ao processo de transformação das relações raciais no âmbito do ensino superior brasileiro, mas também, por revelar certa “revolução silenciosa” (Souza e Silva, 1999) que vem ocorrendo no contexto sociocultural brasileiro a partir da educação superior.

Estas transformações operadas nas condições de acesso às universidades brasileiras vêm representando uma nova avenida para segmentos sociais histórica e sistematicamente sub-representados nas instituições de ensino superior, e os exemplos de trajetórias “bem-sucedidas” tem feito a diferença, possibilitando a transformação da realidade de pobreza cultural e econômica na vida individual, familiar e das comunidades pobres do Estado e da cidade do Rio de Janeiro.

A PUC-Rio é sujeito e objeto dessa “revolução”, e é do seu exemplo que quero extrair conhecimento para reconhecer caminhos para uma verdadeira integração social dos indivíduos da população negra na realidade brasileira. O que desejo é pensar esta integração como expressão ampla do exercício pleno da “cidadania”, através de um processo de “cidadanização”⁶ ou, melhor ainda, da realização de uma “afrocidadanização”.

O conceito de “afrocidadanização” forjado por mim representa meu sonho, minha utopia em ver transformada as condições históricas de vida vividas pelos indivíduos da população negra no Brasil. Através deste conceito procuro traduzir o sentido e dar concretude ao significado do que entendo por “cidadania plena”. Ou seja, é concebido aqui como a efetiva realização de uma verdadeira equidade social,

⁶ O termo “cidadanização” tem sido utilizado para expressar os processos de participação política comunitária recente, tendo sido forjado pelas próprias comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro, através de suas instituições, para as quais os novos processos de politização em base à participação comunitária têm sido centrais.

através da qual todos os indivíduos desta população sejam de fato contemplados e plenamente estabelecidos em nossa sociedade.

O conceito está alicerçado em três pilares fundamentais:

a) o pilar **Afro**, que dá significado e concretude à conscientização do indivíduo da população negra de sua identidade racial positiva, como condição de possibilidade à construção de uma identidade afrocentrada através da qual expressa a sua agência humana, o seu protagonismo histórico, a sua capacidade de pensar, criar, agir, participar e transformar a sociedade por força própria (Nascimento, 2003, p. 96-97);

b) baseia-se também no pilar **Ação**, referencial expressivo e representativo de um processo de luta e conquista galgada nos movimentos sociais que aponta um Devir, um Futuro, como um instrumento de garantia, realização e concretude do terceiro pilar;

c) **Cidadania**, que expressa e representa todos os elementos que lhe são pertinentes, tais como: o reconhecimento social da identidade racial negra como positiva; o reconhecimento social do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade e a liberdade; o direito a diferença e o direito a disputar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições.

Por este princípio, toda a tese é um estudo que procura demonstrar a efetivação deste sonho, desta utopia, a partir dos elementos empíricos que apontam a sua possibilidade de realização.

O fato concreto é que a PUC-Rio, através do seu programa de ações afirmativas já recebeu, formou, capacitou e diplomou a quase quatro centenas de profissionais, em sua maioria negros, que estão em condições de entrar ao mercado de trabalho há mais de cinco anos. Assim, é importante saber se a passagem pela universidade e a chancela de uma grande instituição acadêmica brasileira, impacta de maneira positiva, como uma arma poderosa para romper a barreira do “racismo” no mercado de trabalho, servindo como um instrumento para ampliar a igualdade de oportunidades e para garantir posições desejáveis do mercado de trabalho para a população negra brasileira.

1.2

Dois processos centrais

A novidade de uma “presença coletiva”, ainda que numericamente residual, da população negra nas instituições de ensino superior no Brasil é diretamente responsável pela novidade temática deste trabalho: os indivíduos da população negra, titulados e capacitados e suas inserções na esfera do trabalho.

Não podemos contar nem mesmo uma década completa de ações afirmativas em relação à população negra na universidade brasileira, a não ser através da experiência da PUC-Rio. Isso equivale a dizer que todas as considerações que se possam fazer sobre esta temática devem manter muito presentes o seu caráter de “processo histórico”, ou “em processo” social, cultural, de políticas públicas, de movimentos sociais, etc. Neste contexto, dois processos são centrais para esta reflexão: o processo de construção de identidades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, e o processo de “cidadanização”, para juntos fornecer material de reflexão para a construção de um processo de “afrocidadanização”.

Para tratar do primeiro deles, ou seja, o processo de construção de **identidades raciais**, meu ponto de partida está nos conceitos de “identidade” e de “agência humana”, com especial referência às acepções de Ricardo Franklin Ferreira (2000) e Elisa Larkin Nascimento (2003). A construção de identidades raciais na população negra, para efeito deste trabalho, está discutida de maneira a permitir uma análise das posições ocupadas, a mobilidade e, principalmente, as percepções sobre “racismo” e discriminação, dos indivíduos entrevistados na esfera do trabalho.

Ainda a este respeito, referencio-me aos conceitos de “raça” e seu corolário “racismo”, como importantes não só para referendar a construção da identidade racial, mas para entender toda a conjuntura das relações raciais no contexto sociocultural brasileiro, adoto como discussões privilegiadas os trabalhos de Kabengele Munanga (2004; 2004b); Aníbal Quijano (2000; 2001; 2002) e Elisa Larkin Nascimento (2003).

Finalmente, para pensar os processos de construção de “identidade” articulo a ele o conceito de “reconhecimento”, a fim de discutir a questão da construção da subjetividade e da auto-estima, como meios de combater os estereótipos ligados a

imagem social dos indivíduos da população negra, sobre a qual incide boa parte das motivações para a discriminação racial na esfera do trabalho. Para tratar de “reconhecimento”, utilizo principalmente os trabalhos de Charles Taylor (1994), Axel Honneth (1996) e Nancy Frazer (2000).

No tratamento do segundo processo, o da “**cidadanização**”, o que procuro é compreender as relações sociais mais amplas, configuradas em relações de poder e distinção. Para tal, aproprio as discussões sobre os conceitos de “capital social”, “capital cultural” e “*habitus*”, especialmente a partir do trabalho de Pierre Bourdieu (1992; 1994), e principalmente porque estes me ajudam a pensar o efeito transformador que a passagem pela universidade desencadeia.

Ainda a este respeito é relevante para este trabalho o conceito de “cidadania”, entendido aqui como uma estratégia de luta e “sociedade civil”, tomada como o espaço no qual as lutas são travadas e os movimentos sociais assumem o processo decisório de responsabilidade social. Os autores que iluminam esta reflexão são principalmente Thomas Humprey Marshall (1967) e Evelina Dagnino (2000).

Finalmente, por razões óbvias, discuto o conceito “ação afirmativa”, em suas duas dimensões: a de política pública e a de ação social, a partir de uma variedade de autores reconhecidos sobre o assunto. Além disso, no afã de conferir historicidade ao conceito no Brasil, apresento o convênio estabelecido entre a PUC-Rio e o PVNC na década de 1990, como a referência principal do processo de “cidadanização” da população negra, ou seja, de embrião de uma “afrocidadanização”.

1.3

Sete capítulos e um conjunto de “sucessos”

Este trabalho se estrutura em sete capítulos que reunidos, buscam descrever e sistematizar a minha percepção da minha própria trajetória profissional à luz das experiências de vida de 14 outros indivíduos, beneficiários do programa de ações afirmativas da PUC-Rio que, como eu, foram “bem-sucedidos”.

Quem são os “bem-sucedidos”? Há várias respostas possíveis.

“Bem-sucedidos” somos todos os quase 400 estudantes que conformam o universo de análise deste trabalho, que passamos pelo vestibular da PUC-Rio antes de

1999, deixando para trás uma massa de outros candidatos que, por muitas razões, não o fizeram. “Bem-sucedidos” somos todos aqueles que mantivemos coeficientes de rendimento acima da média nos Departamentos em que estudamos, dentre os quais selecionei um grupo de indivíduos para entrevistar neste trabalho, como evidência de mérito pessoal e de uma formação com qualidade acadêmica. “Bem-sucedidos” somos todos os que nos formamos na graduação e investimos em vidas profissionais e acadêmicas de qualidade logo após a nossa formatura.

“Bem-sucedidos” somos todos ao entrar na esfera do trabalho? Em outras palavras: e depois do “sucesso”?

Para tentar responder a esta última questão foi que realizei este trabalho. Esta pesquisa se dedica a entender a possibilidade de transformar as condições materiais de existência dos indivíduos da população negra brasileira, através da ampliação das oportunidades de acesso às instituições de ensino superior no Brasil.

Minha primeira preocupação, em “E depois do sucesso?”, é a de deixar clara a natureza da minha motivação para empreender este estudo, definir meu objeto de observação e reflexão e apresentar as principais hipóteses que me orientam, bem como enunciar as categorias teóricas que utilizo como ferramentas de trabalho para desenvolver a interpretação dos temas que aparecem nas falas dos entrevistados.

Nos dois capítulos que se seguem, “Da construção à afirmação das identidades raciais” e “Da ‘cidadania’ à ‘afrocidadanização’” minha preocupação é a de percorrer a literatura que dá sustentação aos conceitos-chaves para este trabalho, já enunciados anteriormente. No primeiro a ênfase está colocada na construção das identidades raciais da população negra. No segundo, a ênfase está em entender de que se constitui a “cidadania”, como teoricamente vem sendo pensada. Ainda neste capítulo, sumário as histórias do convênio estabelecido entre a PUC-Rio e o PVNC, e do próprio PVNC, com o objetivo de trazer esta discussão mais teórica sobre “cidadania” para a concretude de uma das mais atuais instâncias de organização dos movimentos sociais negros do Brasil e sua interlocução com outras instituições. Posto que o meu objetivo é o de tentar pensar uma “afrocidadanização”, destaco a disciplina “Cultura e cidadania” do PVNC como um espaço privilegiado de discussão e ação na construção de identidades raciais e outras formas de pertencças.

O capítulo intitulado “Os ‘bem-sucedidos’: bolsistas formados da PUC-Rio”, tem por objetivo colocar o leitor em contato com as preocupações que tive na seleção de um conjunto de indivíduos a serem entrevistados como amostra da população estudada. Os critérios que adotei para a seleção de uma amostra **não-aleatória do ponto de vista acadêmico**, porém **aleatória do ponto de vista racial**, buscaram responder diretamente ao argumento da falta de qualidade acadêmica e/ou profissional *a priori*, que sistematicamente é associado aos beneficiários das ações afirmativas, sejam elas, a bolsa de ação social da PUC-Rio, o sistema de cotas das universidades públicas ou o ProUni.

No capítulo intitulado “O que faz que sejamos melhores hoje?” meu objetivo é o de conhecer e interpretar as percepções dos entrevistados sobre as suas trajetórias individuais após a formatura na PUC-Rio, não apenas no que se refere ao seu ingresso no mercado de trabalho, como também no que diz respeito ao impacto social que a sua passagem pela graduação na Universidade teve para eles mesmos, para as suas famílias e comunidades de origem. Além disso, busco conhecer as identidades raciais dos entrevistados, a partir do critério de auto-identificação, por serem estas muitas vezes mais subjetivas do que objetivas.

No capítulo seguinte, intitulado “Você ajuda as pessoas a começarem a sonhar”, eu me preocupo com as trajetórias profissionais dos indivíduos entrevistados após a sua formatura na graduação, a partir das suas próprias percepções de “sucesso” ou fracasso. Os principais aspectos destacados são os ligados a esfera do trabalho, com ênfase na posição ocupada na hierarquia ocupacional, na mobilidade de posição e na percepção sobre “racismo” na esfera do trabalho. Além disso, me ocupo em avaliar qualitativamente as transformações na vida material, após a formatura na PUC-Rio. Por fim, busco considerar o impacto que a formação acadêmica teve sobre as comunidades de origem dos entrevistados, destacando suas contribuições e projetos, no sentido de transformar a realidade da sua comunidade.

Finalmente, no capítulo “Depois do ‘sucesso’: algumas conclusões” traço uma síntese do que foi encontrado, dando ênfase às perspectivas futuras para os indivíduos da população negra, que o “sucesso” das trajetórias apontam. Os pontos que saliento estão relacionados às novas inserções sociais, funcionais e até mesmo raciais. Neste

contexto busco contribuir com uma visão de processo sócio-político que aponte para uma “afrocidadanização”, uma realidade a ser construída a partir de uma verdadeira “democracia racial” na sociedade brasileira.